



1º CONSEJU

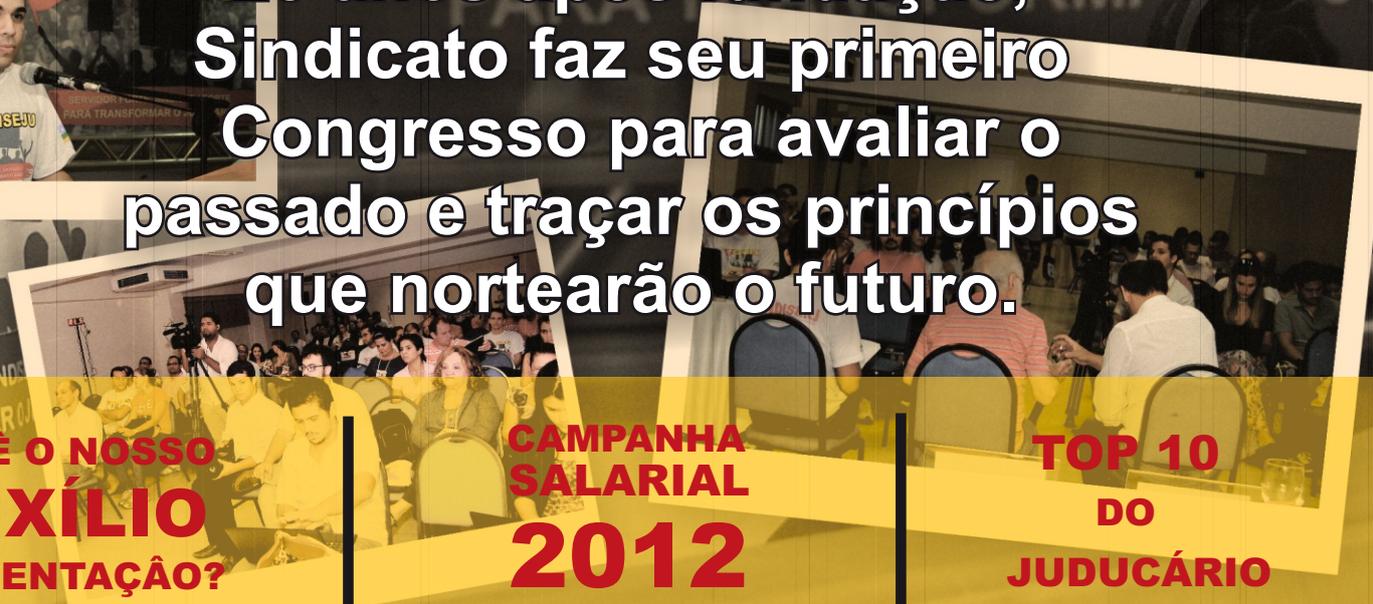
23 anos após fundação, Sindicato faz seu primeiro Congresso para avaliar o passado e traçar os princípios que nortearão o futuro.



**CADE O NOSSO
AUXÍLIO
ALIMENTAÇÃO?**

**CAMPANHA
SALARIAL
2012**

**TOP 10
DO
JUDUCÁRIO**



Campanha Salarial 2012 já começa a ser planejada



Campanha Salarial 2011: Justiça deve começar em casa!

A partir do calendário de atividades programadas para 2012, definido pela categoria em Assembleia Geral, no início deste ano, a direção do sindicato definiu a metodologia e as ações de comunicação que orientarão a campanha salarial dos servidores do TJSE neste ano.

Seguindo o mesmo método adotado no ano passado, a campanha terá como primeira fase a construção da pauta de reivindicações, coletivamente, através da realização de Plenárias de

Base e Assembleia. As Plenárias serão realizadas durante todo o mês de agosto e o início de setembro nas cidades de Aracaju, Lagarto, Itabaiana, Propriá, Nossa Senhora da Glória, Estância e Tobias Barreto, com o objetivo de coletar propostas para criar a identidade da campanha de acordo com os reais interesses dos servidores.

Após a realização das Plenárias, a categoria deverá se reunir em Assembleia Geral para amoldar à pauta as

propostas surgidas durante as Plenárias. A partir daí, a pauta de reivindicações será apresentada à Presidência do TJSE e a solicitação do início dos diálogos para negociação das reivindicações dos servidores.

Além das Plenárias, Assembleias e do desenvolvimento das negociações, essa a campanha salarial, mais uma vez, servirá como um momento de diálogo entre os trabalhadores do TJSE e a população sergipana sobre o funcionamento do Judiciário sergipano.

Para a direção do sindicato, não há como se falar em valorização dos servidores sem antes tratar de uma questão que é preliminar e está no centro do debate na sociedade, os “supersalários” existentes no TJSE, já denunciados pelos meios de comunicação e pelo próprio sindicato:

“Estamos iniciando mais uma campanha salarial na

perspectiva de fazermos um bom diálogo com a nova gestão do Tribunal de Justiça sobre as demandas acumuladas dos trabalhadores deste órgão, principalmente em relação às gritantes distorções salariais que foram geradas ao longo da história. Nesse período, também será nosso dever, enquanto concededores do Judiciário, abriremos o debate com a sociedade sobre mecanismos para aperfeiçoar os serviços que são prestados pela justiça à população e sobre a necessidade urgente da adoção de medidas para moralizar o Judiciário, como a extinção de privilégios, fim dos marajás, redução de gastos com CCs e democratização desse Poder que ainda adota uma forma de governo com veias aristocratas”, explicou o diretor do sindicato Plínio Pugliesi.

CADÊ NOSSO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO?

Mais uma vez o Poder Judiciário sergipano mostrou que a valorização do servidor passa longe das prioridades da casa. Desde o mês de maio, após solicitação do Sindicato, a aprovação do auxílio-alimentação nas férias e licenças se encontra suspensa e sem previsão para que seja pautada pela Presidência do TJSE.

Ao mesmo tempo em que aparecem na imprensa os absurdos valores ganhos pelos **MARAJÁS DO TJSE**, o servidor concursado continua tendo direitos o básicos negados. A proteção, e os consecutivos adiamentos da discussão tem levado ao sério problema do corte do valor referente ao auxílio-

alimentação para, por exemplo, trabalhadoras que estejam em licença maternidade, ou com grave problema de saúde que comprometa a sua frequência de trabalho.

No ano de 2010, os servidores do TJSE, através de um abaixo assinado, obtiveram o primeiro parecer da consultoria de processos da Presidência do TJSE atestando a procedência do pedido, mas, na época, não foi implementado o pagamento nas férias e licenças sob o argumento da crise do capitalismo.

Agora, neste ano, os servidores do TJSE obtiveram, pela segunda vez, parecer procedente da Presidência do TJ, que além de reconhecer a legalidade do pedido da categoria, submeteu a questão para ser debatida no Pleno, mas vem sendo adiada há três meses.

A Presidência TJ marcou para o dia 27/08 reunião para apresentar posicionamento sobre o pedido dos servidores. Enquanto isso, a direção do sindicato providenciará a distribuição de praguinhas na expectativa de apressar a cúpula gestora do TJ pela aprovação desse importante direito, o que contribuirá para a diminuição das graves injustiças salariais ainda existentes nesse órgão.

CADÊ O NOSSO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NAS FÉRIAS E LICENÇAS ?



1º CONSEJU aprova mudança de sigla para SINDIJUS

Durante o 1º Congresso do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Sergipe (1º CONSEJU), que aconteceu no início deste mês, entre os dias 3 e 5, na cidade de Aracaju, foram discutidas e aprovadas diversas teses com objetivo de fortalecer a luta da entidade sindical, sendo uma das mais marcantes a mudança da sigla do sindicato, de "SINDISERJ" para "SINDIJUS".

A mudança baseou-se na completa falta de identificação da abreviação até então utilizada em relação à categoria que o sindicato representa e em razão das constantes vinculações que eram feitas à parte final da abreviação (SINDISE"RJ") ao Estado do Rio de Janeiro, constituindo um obstáculo para o fortalecimento da identidade da categoria. A alteração diz respeito apenas à abreviação, permanecendo o nome da razão social do sindicato o mesmo, "Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe".

Além desta mudança, foram aprovadas também alterações estatutárias, como a ampliação da representação do sindicato, que agora permite a sindicalização de pensionis-

tas; a alteração da composição dos cargos da Diretoria Executiva, que extinguiu o cargo de Presidente, dentre outras constantes no Estatuto disponível no site do sindicato.

Nas Resoluções, os delegados e delegadas participantes do 1º CONSEJU também aprovaram a filiação do sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo o autor da proposta, Ednaldo Martins, "A filiação à CUT foi motivada pela necessidade de romper com o 'corporativismo' e estabelecer uma relação de aproximação e de solidariedade entre a nossa categoria e os trabalhadores das outras categorias, bem como pela necessidade da ampliação dos debates dos servidores do TJSE, para que possamos dar mais um passo no processo evolutivo da nossa organização e inserir a nossa categoria nos grandes debates da classe trabalhadora deste estado".

Dentre as Resoluções, também foram aprovados as seguintes formulações: necessidade do combate à competitividade entre os servidores no TJSE; a venda do sítio situado no município da Barra dos Coqueiros para construção de uma sede administrativa ampla,



Auditório do Real Classic Hotel estava lotado.

funcional e moderna para os filiados; a reversão dos créditos provenientes anualmente do imposto sindical para o "Fundo de Mobilização e Luta", combinada com a luta pela substituição do imposto por uma taxa negocial a ser definida pelos próprios servidores; garantias de amparo aos sindicalizados em casos de perseguição política no TJSE; combate às incorporações de valores de cargos em comissão e funções de confiança; e as linhas de ação que nortearão o plano de lutas da categoria nos próximos anos.

"É preciso registrar que o êxito do primeiro Congresso da história do nosso sindicato só foi possível graças ao empenho dos companheiros sindicalizados que trabalharam arduamente na Comissão Organizadora,

Alexandre Rollemberg, Marcus Vinicius e Saulo Guedes", informou o diretor do sindicato Gilvan Tavares.

Além das deliberações realizadas pelos delegados, o Congresso serviu também como um espaço de formação política, econômica e sindical para os participantes. Também estiveram presentes no 1º CONSEJU as seguintes entidades: OAB/SE, Assembleia Legislativa, Fenajud, CUT/SE, Mov. Não Pago, Inst. Braços, Mov. Nacional de Direitos Humanos, Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Técnicos de Saúde, Sintese, Sindicato dos Trabalhadores do Detran, Sindicato dos Servidores do Judiciário de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio Grande do Sul e Bahia.

TOP 10
do
TJSE
GANHOS EM
JULHO

*fonte: Portal da Transparência do TJSE

Ranking dos dez maiores salários do TJSE

CARGO / REMUNERAÇÃO TOTAL					
1º	JUIZ DE DIREITO	R\$ 41.588,70	6º	JUIZ DE DIREITO	R\$ 38.239,79
2º	DESEMBARGADOR	R\$ 39.632,56	7º	JUIZ DE DIREITO	R\$ 37.775,73
3º	JUIZ DE DIREITO	R\$ 39.611,57	8º	DESEMBARGADOR	R\$ 37.069,28
4º	DESEMBARGADOR	R\$ 39.338,20	9º	DESEMBARGADOR	R\$ 36.956,76
5º	DESEMBARGADOR	R\$ 39.133,34	10º	DESEMBARGADOR	R\$ 36.935,08

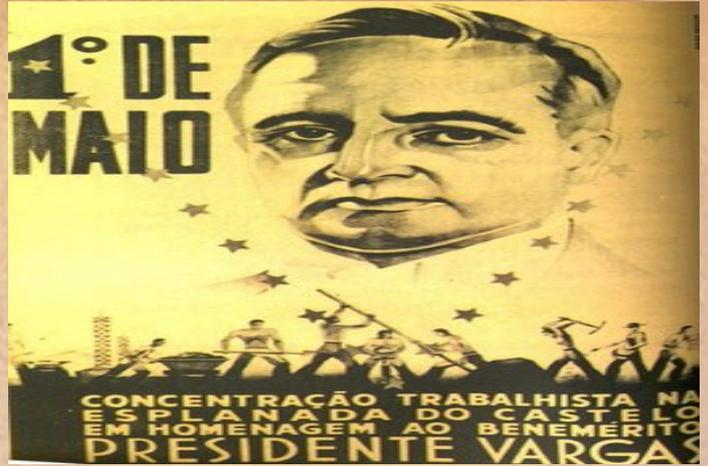
QUEM NÃO SE FORMA, SE DEFORMA

Uma breve história da luta dos trabalhadores...

A praga dos Sindicatos Amarelos

Com a "Revolução de 1930", liderada por Getúlio Vargas, e a implementação do Estado Novo, surge o "trabalhismo", que se tornaria desse período até os anos 60, por estratégia do governo, a principal vertente política no sindicalismo e atraía setores que não se identificavam nem com a direita nem com a esquerda comunista. O trabalhismo consistia em uma ideologia política centrada no assistencialismo e na figura do presidente Vargas, concentrando na valorização da relação pessoal que este tinha com os trabalhadores, na tentativa de angariar apoio para o seu regime, o que culminou na expressão "pai dos pobres". A estratégia de Vargas, por um lado criou o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o imposto sindical e a fundação dos sindicatos oficiais; e por outro lado, gerou uma estrutura sindical

corporativista, dependente e atrelada ao Estado, inspirada no Fascismo italiano, sem qualquer autonomia para fazer as lutas. A política populista de Vargas estimulou o surgimento do "sindicalismo amarelo" e dos "pelegos", que eram os dirigentes sindicais que amorteciam os choques entre os patrões e a classe trabalhadora, evitando a deflagração de protestos. O sindicalismo "amarelo" ou "peleguismo" reflete a forte influencia dos patrões sobre o movimento operário, onde o sindicato tem apenas um papel assistencialista e adota a concepção de que o sindicalismo deve conciliar patrões e trabalhadores e não um sindicalismo revolucionário para transformar a sociedade. E durante a era Vargas, os pelegos conseguiram as condições mais favoráveis para se eternizarem nas direções sindicais e neutralizarem qualquer



tentativa movimentação dos trabalhadores. Na década de 1940, o Estado Novo mostrava seus primeiros sinais de declínio e, conseqüentemente, o sindicalismo amarelo passou a ficar na defensiva. Nesse período, categorias e sindicatos que resistiram a Vargas e continuaram combativos obtiveram conquistas importantes como a Lei de Férias, descanso semanal remunerado, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, entre outros. Entre 1940 e 1953, a classe trabalhadora ganha força,

dobra seu contingente e as greves tornam-se freqüentes. Em 1947, sob o governo do marechal Dutra, vários sindicatos sofreram intervenção do governo e as reivindicações deixaram de ser apenas econômicas: liberdade sindical, campanha pela criação da Petrobras, em defesa das riquezas nacionais e contra a aprovação e aplicação do Acordo Militar Brasil-EUA. Mas o avanço das lutas proletárias foi freado com o golpe e o governo do Marechal Dutra, que, dentre outras medidas, colocou na ilegalidade o partido comunista e decretou a

SE VOCÊ TEM DÚVIDA OU IDENTIFICOU ALGUMA INFORMAÇÃO SUSPEITA NA TRANSPARÊNCIA DO TJSE

DENUNCIE

saci@sindijus.org.br

SINDIJUS **S@CI**
Serviço de Atendimento ao Cidadão Indignado

